



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Trabalho Profissional

O SERVIÇO SOCIAL NA EXTENSÃO RURAL: TENSÕES E CONTRADIÇÕES

MARIA FLÁVIA ANDRADE ARAÚJO LISBOA¹

Resumo: O presente artigo objetiva promover um breve apontamento sobre o Serviço Social e a extensão rural como espaço sócio ocupacional da profissão, para isto será considerado o trajeto da extensão rural no Brasil no contexto do desenvolvimentista e é feita uma abordagem da crise dos anos de ouro do modelo de acumulação fordista e da reestruturação do capital os quais se constituem como elementos importantes desta discussão, serão apresentados também as questões que tencionam a formação profissional e o exercício da profissão na cena contemporânea na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural com vistas ao contexto neoliberal.

Palavras-chave: Serviço Social; Mercado de Trabalho; Desafios; Extensão rural; Neoliberalismo

Abstract: The present article aims to promote a brief note about Social Service and rural extension as a socio-occupational space of the profession, for this will be considered the path of rural extension in Brazil in the context of the developmentalist and an approach is taken to the crisis of the golden years of the model of Fordist accumulation and capital restructuring which are important elements of this discussion, will also be presented the questions that intend to the professional training and the exercise of the profession in the contemporary scene in the National Policy of Technical Assistance and Rural Extension with a view to the context neoliberal.

Keywords: Social Service; Job Market; Challenges; Rural extension; Neoliberalism

1. INTRODUÇÃO

Este artigo trata-se de uma breve discussão sobre o Serviço Social na Política Nacional de Assistência e Extensão Rural e para possibilitar a compreensão de como são postas as tensões e contradições no âmbito do exercício profissional neste espaço sócio ocupacional o trabalho está organizado da seguinte forma: mercado de trabalho, formação profissional e serviço social, o serviço social e sua aproximação com a extensão rural, o novo

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Sergipe. E-mail: <flavia_servicosocial@hotmail.com>

modelo de extensão rural e o serviço social nesta cena e por fim as conclusões; sua elaboração se deu a partir da revisão de referencial bibliográfico.

Deste modo o objetivo deste artigo é promover um breve apontamento sobre o Serviço Social e a extensão rural como espaço sócio ocupacional da profissão e será considerado o trajeto da extensão rural no Brasil no contexto desenvolvimentista além de fazer uma abordagem acerca da crise dos anos de ouro do modelo de acumulação fordista e da reestruturação do capital os quais se constituem como elementos importantes desta discussão, serão apresentados também as questões que tencionam a formação profissional e o exercício da profissão na cena contemporânea na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural com vistas ao contexto neoliberal.

Pretendo a partir desse trabalho aprofundar o conhecimento nesse campo, haja vista que historicamente as políticas aplicadas no meio rural foram planejadas sob um viés capitalista e que coloca em último plano os interesses da classe trabalhadora – além de ainda ser um assunto pouco discutido entre o Serviço Social, seja pela sua ausência no debate da formação seja pela pouca presença destes profissionais nas equipes de extensão rural em decorrência da herança desenvolvimentista que está arraigada na PNATER.

2. MERCADO DE TRABALHO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E SERVIÇO SOCIAL

Pensar o mercado de trabalho e a formação profissional implica fazer uma correlação com o movimento histórico da sociedade capitalista a qual estamos inseridos, são intrínsecas a este movimento as transformações societárias que ocorrem a partir das determinações impostas pelo padrão de acumulação capitalista. Assim, neste tópico serão feitos alguns apontamentos para situar o debate sobre mercado de trabalho, formação e os desafios para o Serviço Social.

Devemos considerar que a conjuntura política da década de 80 possibilitou novos rumos na discussão acerca do Serviço Social e houve uma aproximação com a categoria trabalho, assim o Assistente Social foi reconhecido como trabalhador assalariado, segundo Iamamoto, “Um dos veios analíticos, inaugurados na década de 1980, considera o Serviço Social como uma especialização do trabalho coletivo, dentro da divisão social e técnica do trabalho, partícipe do processo de produção e reprodução das relações sociais” (IAMAMOTO, 2008, p. 83 e 84).

No entanto, contraditoriamente quando a categoria trabalho na sociedade contemporânea é apontada por diversos estudiosos como uma categoria em crise ante a emergência da sociedade burguesa, o Assistente Social foi reconhecido como trabalhador assalariado ainda que em tempos de severas mutações que atingem a classe trabalhadora, isto porque com a crise do modelo fordista/taylorista da década de 70 que se expressou através da queda das taxas de lucros, retração do mercado, esgotamento do *Welfare State* – Estado de bem-estar social (intervenção a partir do keynesiano) o papel do Estado sofreu alterações e conforme situa Silva “os rumos do capitalismo pós-1970 modificaram significativamente o processo de acumulação capitalista e sua crise” (SILVA, p. 108).

O capital se ateve em reconfigurar suas estratégias para não colocar em xeque a sua acumulação, tendo em vista que este é seu principal interesse, nasce daí, portanto a reestruturação produtiva que vai rebater diretamente na classe trabalhadora.

No caso brasileiro essa reconfiguração do capital é nefasta, pois numa sociedade que nunca viveu o *Welfare State* e no final da década de 80 conquistava alguns avanços na Constituição Federal no contexto da redemocratização do país, foi “surpreendido” com o tensionamento destas conquistas ante a conjuntura neoliberal inaugurada na década de 90 permeada pela mercantilização, terceirização, privatizações, para Ciavatta:

“No empenho da crítica e da resistência ao pensamento hegemônico, alguns mitos das últimas décadas têm sofrido à crítica e o desgaste das consequências perversas que trouxeram para os países periféricos. Os maiores desses mitos são a ideologia neoliberal naturalizada e erigida em pensamento único (privatização, corte de

gastos sociais, Estado mínimo, individualismo, desregulamentação das relações de trabalho) e o livre mercado (supostamente, livre concorrência, competição, centralização de capitais, valorização financeira exarcebada, o dólar como internacional de pagamento) que completam no ideário da submissão das economias não desenvolvidas ou em desenvolvimento, como o Brasil, aos países de alto desenvolvimento científico-tecnológico e poder econômico” (CIAVATTA,2010, p. 80)

No que diz respeito ao Serviço Social duas questões merecem destaque: a) O cenário do mercado de trabalho frente à reestruturação produtiva; b) E o novo trato dado à educação. Essas duas questões vão desembocar numa série de consequências que merecem um amplo debate, mas aqui trataremos em linhas gerais acerca de cada um.

No âmbito do mercado de trabalho o Serviço Social foi tensionado pelas dimensões do processo de flexibilização, precarização e terceirização do trabalho do Assistente Social, além da reconfiguração das demandas que no contexto neoliberal adquirem novos formatos, esta “associação” das transformações no mercado de trabalho e os efeitos causados no Serviço Social só se dá em função do debate que coloca o Assistente Social na condição de trabalhador assalariado, por isto é preciso reafirmar o seu reconhecimento enquanto classe trabalhadora e frente a essa característica perceberá, portanto o dilema entre ser um trabalhador assalariado e a materialização do projeto profissional, para Santos e Aranha:

“As novas configurações do mercado coadunaram com as estratégias do capital, que implicaram em mudanças nas formas de organização produtiva e nas relações trabalhistas, dando lugar à informalização, precarização etc., todas respaldadas política e ideologicamente no neoliberalismo.” (SANTOS e ARANHA, 2017, p. 16)

Os espaços sócio ocupacionais estão sujeitos a sofrer metamorfoses haja vista a materialização dos projetos de ordem burguesa e vale considerar a tensão que se faz entre a defesa dos direitos X mercantilização e refilantropização. Outra questão que merece ser posta é que se com a instituição da Seguridade Social houve ampliação no mercado para o Serviço Social, contraditoriamente na cena neoliberal a refilantropização é posta como forma de enfrentar “algumas”² expressões da questão social e irá situar o

² Situo aqui como algumas expressões da questão social haja vista o caráter seletivo, fragmento e focalizado das intervenções.

Serviço Social como uma profissão que pode ser executada por qualquer indivíduo sem que exista a necessidade de formação adequada e imprimirá a ideia de bem-estar além da possibilidade de retomar o caráter tradicional da profissão e colocar em xeque os espaços sócio ocupacionais, segundo Iamamoto: “Transfere-se, para distintos segmentos da sociedade civil, significativa parcela da prestação de serviços sociais, afetando diretamente o espaço ocupacional de várias categorias profissionais, entre as quais os assistentes sociais.” (IAMAMOTO, 2009, p.23)

Assim, sob o viés antagônico o Serviço Social deve utilizar sua autonomia relativa e sua competência crítica e enfrentar os moldes tecnocráticos e burocráticos e respaldar-se no seu conhecimento para assentar a sua atuação nas bases do seu projeto profissional com a clareza de que o fazer do Serviço Social é constituído por interesses contraditórios – cabe ao assistente social ir na contramão da alienação do trabalho, de acordo com Iamamoto “Exige um profissional culturalmente versado e politicamente atento ao tempo histórico; atento para decifrar o não-dito, os dilemas implícitos no ordenamento epidérmico do discurso autorizado pelo poder.” (IAMAMOTO, 2009, p. 3).

Já âmbito da formação profissional o Serviço Social obteve importantes conquistas na década de 80 a exemplo das diretrizes curriculares³ que são frutos de um importante debate que se debruçou na proposta da dá um novo caráter ao Serviço Social e, inclusive coloca o Serviço Social brasileiro num importante patamar na América Latina, pois abarca um aporte teórico extremamente capaz de fazer uma leitura da realidade e devemos considerar a conjuntura daquele período, para Iamamoto:

“Seu núcleo central é a compreensão da história a partir das classes sociais e suas lutas, o reconhecimento da centralidade do trabalho e dos trabalhadores. Ele foi alimentado teoricamente pela tradição marxista – no diálogo com outras matrizes analíticas – e politicamente

³ 1 – Formação sustentada em três núcleos temáticos (a) Núcleo dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos da vida social; b) Núcleo dos fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do significado do Serviço Social no seu âmbito; c) Núcleo dos fundamentos do trabalho profissional); 2 – Serviço Social concebido como trabalho; 3 – Fundamentos do Serviço Social na perspectiva da totalidade histórica, aproximação com a tradição marxista e pensamento social na modernidade.

pela aproximação às forças vivas que movem a história: as lutas e os movimentos sociais.” (IAMAMOTO, 2014, p.615)

Desta forma essas diretrizes vão resultar na aprovação do currículo mínimo de 1996, mas ante o ordenamento das forças burguesas em 2001 o currículo sofreu perdas significativas em sua homologação e, portanto cabe ao Serviço Social não desprezar o contexto neoliberal para compreender as razões dessas perdas, para Abreu:

“As condições são propícias para o distanciamento da direção das diretrizes curriculares de 1996, tendo sido desconfiguradas na versão aprovada pelo CNE em 2001, sobretudo quanto à eliminação de conteúdos e princípios, portanto empobrecidas em relação à direção social na perspectiva emancipação fundada no pensamento crítico marxista.” (ABREU, 2016, p.254)

Mas com a crescente progressão do ordenamento burguês a classe trabalhadora sofre gradativamente a perda de direitos, no âmbito da educação há uma investida cada vez mais frequente por parte de capitalistas no ensino superior privado e posteriormente a investida também na modalidade EAD e isto reflete severamente no campo da formação profissional e do mercado de trabalho: haja vista que o interesse central passa a ser atender os interesses do capital o que representa uma ameaça à qualidade da formação, que é tensionada pelo aligeiramento dos cursos, transposição da noção de competência para o viés burocrático e tecnocrático e “a preparação para a profissão não pode ser confundida com a preparação para o emprego [...]” (IAMAMOTO, 2007, p. 164), ameaça ao estágio de qualidade em razão da dualidade entre teoria e prática e assim “O estágio no processo de formação não consegue se libertar de uma série de mitos que o envolvem” (Ribeiro, 2012, p.92), além da oferta exacerbada de vagas está acima da capacidade de absorção do mercado, e IAMAMOTO a partir de seus estudos sustenta que:

“Difícilmente a oferta de trabalho poderá acompanhar, no mesmo ritmo, o crescimento do número de profissionais, podendo desdobrar-se na criação de um *exército assistencial de reserva*, como recurso de qualificação do “voluntariado”, e no reforço ao clientelismo político, aos chamamentos à “solidariedade” enquanto estratégia de obscurecimento das clivagens de classe.” (IAMAMOTO, 2014, p.31)

Nesse quadro é importante identificar a trajetória do serviço social, suas lutas e conquistas: a considerar primeiramente o movimento de reconceituação

e de renovação do Serviço Social que o situa numa nova perspectiva e abre caminhos para debate intelectual, a partir da adoção da tradição marxista.

Desta forma, frente a essa onda ofensiva que ameaça o Serviço Social faz-se necessário encontrar caminhos que fortaleçam o projeto ético político da profissão, pois na condição de classe trabalhadora o Serviço Social consegue identificar as tensões que se acentuam por meio do antagonismo da sociedade capitalista.

3. O SERVIÇO SOCIAL E SUA APROXIMAÇÃO COM A EXTENSÃO RURAL

Antes de fazer alguns apontamentos sobre a extensão rural no Brasil e sua aproximação com o Serviço Social é importante situar seu conceito que comumente é confundido com assistência técnica, esta última está circunscrita a uma assistência para casos pontuais e não possui caráter educativo e é ofertada principalmente por empresas e/ou indústrias que produzem insumos, implementos agrícolas ou artigos do gênero, assim a assistência técnica tende a ser privada. Enquanto a extensão rural tem caráter educativo e sustenta-se na tríade: processo, instituição ou organização e política pública⁴.

É considerado por estudiosos que a extensão rural teve seus primeiros ensaios na Inglaterra ainda no século XIX e foi institucionalizada pela primeira vez na história no início do século XX nos Estados Unidos, na ocasião esteve estruturada junto com universidades.

Já no Brasil, no segundo lustro do século XIX decretos foram publicados e tratavam acerca de ações destinadas à agricultura e a pecuária, porém direcionados ao fomento da pesquisa e a criação de centros e escolas de formação para técnicos agrícolas, engenheiros agrônomos, médicos veterinários e zootecnistas – estes decretos também determinavam a criação

⁴ Para uma abordagem mais profunda ler Extensão Rural no Brasil – Uma abordagem histórica da legislação. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao>

de fazendas de experimentos agropecuários com o objetivo de ampliar a produção e o seu escoamento.

Antes da primeira metade do século XX no período do Estado Novo as ações previstas nos decretos outrora publicados permaneciam sendo executadas, porém com vistas a atender as novas exigências políticas e econômicas no contexto do pós-guerra e com tendências a fortalecer a agroexportação o que coadunava com os princípios da acumulação capitalista. Assim no campo da extensão rural é possível dizer que desde a publicação dos primeiros decretos houve uma tentativa de realizá-la, o que não aconteceu em seu sentido completo, pois se restringia a beneficiar uma minoria que já dispunha de condições de desenvolver suas atividades, segundo *apud* Olinger *apud* Peixoto:

“Ainda na década de 40 foram criados, sob os auspícios do Ministério da Agricultura, mais de 200 Postos Agropecuários, com a finalidade de constituírem-se como pequenas fazendas demonstrativas de tecnologias agropecuárias. Os postos deveriam ter pelo menos um agrônomo e um veterinário cada, mas só atendiam a poucos e privilegiados produtores, segundo sua influência na política local. [...]” (PEIXOTO *apud* QUEDA, 2008, p. 16).

É válido contextualizar que na primeira metade do século XX as massas de trabalhadores do campo já davam sinais de reivindicação ao fazer cobranças acerca da reforma agrária, direitos trabalhistas, aposentadorias e, portanto começavam a se organizar coletivamente através de sindicatos e da criação de associações de trabalhadores rurais sob influência do Partido Comunista, porém devido à conjuntura do Estado Novo o referido partido era posto em ilegalidade o que fragilizava a organização destes trabalhadores e por estratégia, o governo federal orientou através do Decreto-Lei nº 8.127, de 24 de Outubro de 1945⁵ a organização da vida rural o que veio a escamotear a organização da classe trabalhadora que estava vinculada aos sindicatos e ao partido.

É importante situar que nesse mesmo período estava sendo ampliada a necessidade da presença do Serviço Social no mercado de trabalho, mas com a intencionalidade de conter as expressões da questão social, de acordo com o

⁵ Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8127-24-outubro-1945-417195-publicacaooriginal-1-pe.html>

Iamamoto, “É um momento em que o aparato assistencial desenvolvido pelo Estado Novo e, mais recentemente, pelas corporações empresariais encontra-se em expansão e passa constituir-se crescentemente em mercado de trabalho para os Assistentes Sociais” (p. 350, 2013).

É, portanto como forma de conter uma provável insurgência dos trabalhadores rurais que o Serviço Social teve sua primeira aproximação com uma tentativa⁶ de extensão rural no âmbito da organização e controle destes trabalhadores, conforme aponta Queda *apud* Peixoto:

“Outra iniciativa, proposta em 1949 e patrocinada pelo então Ministério da Educação e Saúde, sob a orientação da Igreja Católica e do Serviço Social, foi a criação das Missões Rurais de Educação. Pautadas nas experiências das Missões do México, baseavam-se na filosofia do desenvolvimento de comunidades (DC) por processos educativos e assistenciais, e eram compostas por equipes multidisciplinares, constituídas de agrônomos, médicos, sociólogos, psicólogos e assistentes sociais.” (QUEDA APUD PEIXOTO, 2008, p. 17)

Não obstante no 2º Congresso Pan-Americano de Serviço Social que ocorreu no Rio de Janeiro no ano de 1949 onde foram desenhados novos atributos para o assistente social com ênfase para as metodologias no Serviço Social foi solicitado “utilização dos métodos de Grupo e Comunidade e um chamamento bastante generalizado para a preparação de Assistente Social para o meio rural.” (Iamamoto, 2013, p.351)

Para a época é comum que o Serviço Social tenha se desdobrado neste espaço sócio ocupacional com esta perspectiva de controle da classe trabalhadora a fim de provocar harmonia, evitar e conter possíveis desajustes, pois estava circunscrito as bases tradicionais ainda presente na profissão, o que para aquela conjuntura de certo não se constituiu como uma atuação permeada por tensões visto o caráter acrítico profissional. Todavia a atuação do Serviço Social no âmbito rural pode ser caracterizada como efêmera, pois de acordo com os governantes foi algo de caráter oneroso e que não proporcionou retornos – daí já é possível identificar o quanto se pensava o campo com vistas ao desenvolvimentismo.

⁶ Situou como tentativa porque até este período não havia sido institucionalizada como política.

O governo brasileiro institucionalizou a extensão rural na década de 50 e 60 sob influência do modelo norte americano com a criação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR que coordenava as Associações de Crédito e Assistência Rural – ACAR situadas nos estados. Mas é no contexto da ditadura militar que a influência norte americana teve mais ênfase com a intenção de “educar” os produtores rurais para acessar crédito junto aos bancos o que não é de causar nenhum espanto haja vista que nesta mesma época se dava a chamada revolução verde, eram introduzidos na agricultura os pacotes convencionais da produção intrínsecos ao modelo de acumulação capitalista, de acordo com Santos e Lusa “O objetivo da ATER era apoiar o processo de modernização da agricultura, contribuindo, dessa forma, com o projeto de desenvolvimento do capitalismo no campo, através da chamada revolução verde” (2014, p. 248).

Na década de 70 foi criado o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural – SIBRATER e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER, para este período as pesquisas pouco ou raramente apontam a contratação de Assistentes Sociais para atuar nesses órgãos; havia os extensionistas rurais que eram os profissionais da áreas de agrárias e produtiva e os extensionistas sociais que desenvolviam sua atuação voltada para as esposas dos agricultores mas com a perspectiva da afirmação de que cabe a mulher o espaço privado e da reprodução podendo portanto a participação das mulheres no âmbito público.

De acordo com o andar da extensão rural no país aparentava-se que o serviço não sofreria cortes, redução ou desaparecimento, mas com a chegada do neoliberalismo, no marco dos anos 90 o governo federal aniquilou a extensão rural através do Decreto nº 99.192 de 15 de março de 1990⁷ e poucos estados conseguiram manter suas próprias entidades de extensão rural. Desta forma é possível afirmar que a extensão rural da década de 90 foi marcada por fragilidades e escamoteamento, pois com sua extinção tornou-se ainda mais distante dos pequenos agricultores e de certo contribuiu para o aprofundamento das desigualdades no campo, Behring afirma que “De 1990

⁷ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99192.htm

para cá, especialmente a partir de 1995, tivemos no Brasil mudanças estruturais e de natureza contra-reformista.” (2010, p. 158).

Após sua extinção a extensão rural foi retomada (brevemente) em 1996 através do Projeto Lumiar⁸ executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e esboçava traços “inovadores” em relação aos modelos anteriores, priorizou como público assentados de reforma agrária além possibilitar a participação dos beneficiários nos processos de execução e planejamento, o Serviço Social esteve presente nas equipes, mas dada a sua efemeridade há poucas contribuições bibliográficas acerca da sua intervenção, porém a meu ver os avanços não contemplam significativamente o atendimento as necessidades das famílias que vivem no campo, pois ficou evidente o caráter compensatório e fragmento ao delimitar os assentados de reforma agrária na condição de público alvo e desprezou, portanto os demais trabalhadores rurais.

De acordo com Lustosa:

“As novas alternativas ao desenvolvimento da agricultura no Brasil, em particular a agricultura familiar, são decorrentes dos ajustes neoliberais, efetivadas por um conjunto de políticas emergenciais e compensatórias. Essas reformas não são apenas internas; se expressam na maioria das sociedades capitalistas centrais e em economias em desenvolvimento como o Brasil a partir dos anos 90, tendo como argumento principal a emergência de um novo padrão de políticas calcado na ideia de “segurança social” e distributividade social.” (LUSTOSA, 2012, p. 221)

No primeiro lustro dos anos 2000 no Governo Lula o qual esboçava um caráter progressista, ainda que contraditoriamente coadunando com os moldes capitalistas, houve a possibilidade de discutir e construir um novo modelo de extensão rural juntamente com o governo federal e representantes das entidades que defendem os interesses dos agricultores – esta construção resultou na instituição da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER⁹ que foi aprovada em 2004 e mesmo tendo algumas semelhanças com o Projeto Lumiar, trouxe uma nova definição do público alvo, abarca a agricultura para além das questões produtivas e inclui questões de

⁸ O Projeto Lumiar foi marcado por uma rápida atuação devido a problemas na sua gestão e, portanto foi suspenso o que confirmou seu caráter de descontinuidade.

⁹ Disponível em http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Pnater.pdf

gênero, étnicas, intergeracionais com um viés que busca romper com a extensão rural tradicional do bojo desenvolvimentista, de acordo com o texto da PNATER:

“A nova Ater nasce a partir da análise crítica dos resultados negativos da Revolução Verde e dos problemas já evidenciados pelos estudos dos modelos convencionais de Ater baseados no difusionismo, pois só assim o Estado poderá oferecer um instrumento verdadeiramente novo e capaz de contribuir, decisiva e generosamente, para a construção de outros estilos de desenvolvimento rural e de agricultura que além de sustentáveis possam assegurar uma produção qualificada de alimentos e melhores condições de vida para a população rural e urbana.” (BRASIL, 2004, p. 4)

Vista as conquistas alcançadas através a PNATER, ainda que permeadas por contradições, será tratado na próxima seção a respeito de como o novo modelo de extensão rural se põe como espaço sócio ocupacional do serviço social, ainda que tensionado pela agenda neoliberal.

4. O NOVO MODELO DE EXTENSÃO RURAL E O SERVIÇO SOCIAL NESTA CENA

Como já foi apontado no segundo tópico, a crise dos anos de ouro na década de 70 alterou significativamente as estruturas do mercado de trabalho e deu ao Estado novas atribuições que vão coadunar com as formas de acumulação capitalista.

Sobre a extensão rural o novo modelo foi inaugurado no âmago do neoliberalismo, tendo em vista que o Governo Lula manteve um fio de continuidade com o governo FHC, haja vista que mesmo sob um veio progressista não se alterou o ordenamento societário e, portanto os avanços e conquistas da classe trabalhadora foram permeados por contradições em face ao avanço aos interesses da burguesia.

Para pensar a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural como espaço sócio ocupacional do Serviço Social na cena contemporânea requer o conhecimento de que este não representa um espaço majoritário do

Serviço Social, uma vez que a Seguridade Social é a área que concentra o maior número de profissionais, mas é imprescindível reconhecer os avanços que são inerentes ao movimento de reconceitualização e renovação do Serviço Social e por isto agora a profissão não é chamada a fazer o controle da classe trabalhadora como fora em outro momento na extensão rural tradicional.

Mas cabe ao Serviço Social apropriar-se do método crítico dialético e através das suas competências desvelar o cerne da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, que está enrustida da herança da tradicional e dialoga com o capitalismo, para Santos e Lusa no que diz respeito a PNATER:

“O uso de expressões e da adoção de objetivos de cunho capitalista deve-se, talvez, não somente pela herança deixada pelas práticas de extensão rural desenvolvimentistas, mas também pelo fato de a PNATER originar-se em meio a uma política neoliberal. Há que se considerar que os serviços de ARER foram/são executados, em grande parte, por profissionais da área de agronomia e que a formação que muitos cursos desse âmbito ofertam a seus/suas profissionais é voltada para o desenvolvimento de trabalhos com grandes produtores rurais” (SANTOS e LUSA, 2014, p. 255)

Assim é pertinente ressaltar alguns pontos que vão colocar em xeque os serviços de extensão rural e que tencionam o exercício profissional do Serviço Social, são: a) A pouca ou rara importância que é dada ao âmbito social o que afirma que o âmbito produtivo é ainda considerado mais importante sob a ótica do desenvolvimentismo que agora é velado, mas permanece a existir, isto é identificado para além das entrelinhas da própria política; b) A elaboração do projeto básico ocorre geralmente sem a participação dos Assistentes Sociais e não consideram as especificidades de cada região e/ou público alvo; c) Os projetos básicos apresentam metas e serviços que delineiam toda estrutura das ações – isto a meu ver é gritante, pois irá situar a competência profissional no viés burocrático e tecnocrático; d) A extensão rural é prestada através de chamadas públicas e, portanto rebete na contratação temporária de profissionais e descontinuidade dos serviços.

Dadas essas condições o Serviço Social deverá fazer enfrentamentos constantes as expressões da questão social, pois no ideário neoliberal a

criminalização da pobreza ocorre não somente nos espaços urbanos, mas também no campo, para Lusa:

“As contradições entre classes, por sua vez, não são resultados de ações individuais, onde os competentes enriquecem e os incapazes são marginalizados. Antes, são fruto da reprodução do sistema capitalista, que traz em suas bases a exploração do homem pelo e homem e as desigualdades sociais” (LUSA, 2013, p. 125)

E Behring e Boschetti afirmam que:

“Romper hegemonicamente com o conservadorismo e situar-se na mediação entre as necessidades sociais e a realização de direitos na sociabilidade capitalista obriga o Serviço Social a conviver permanentemente com tensões próprias das relações sociais capitalistas, inscritas no imperativo de permanente produção e reprodução do capital.” (BEHRING e BOSCHETTI, 2016, p. 131)

Essas questões são postas para o Serviço Social como desafios, pois na condição de trabalhador precisa garantir seu espaço no mercado de trabalho como meio de sobrevivência mas também precisa fazer enfrentamentos ao ordenamento burguês que coloca em risco as conquistas dos trabalhadores rurais.

Desta forma é sobre o viés do projeto ético político profissional que caberá ao Serviço Social valer-se de sua autonomia relativa para fortalecer a PNATER em defesa dos direitos da classe trabalhadora do campo a quem é apresentada uma extensão rural com lacunas e forjada nos moldes tradicionais ainda que os avanços tenham ocorrido muitas questões precisam ser superadas ante ao projeto societário da burguesia.

5. CONCLUSÕES

Conforme foi apresentado, o reconhecimento do Serviço Social enquanto trabalhador assalariado permite a profissão se situar no debate teórico das questões que rebatem diretamente na classe trabalhadora deste modo, a crise dos anos de ouro e a reestruturação produtiva foram responsáveis por tencionar a formação e o exercício profissional além de e situar uma série de contradições na PNATER sob o viés do fio que se liga com a extensão rural tradicional.

Desta forma é sobre o viés do projeto ético político profissional que caberá ao Serviço Social valer-se de sua autonomia relativa para fortalecer a PNATER em defesa dos direitos da classe trabalhadora do campo a quem é apresentada uma extensão rural com lacunas e forjada nos moldes tradicionais ainda que os avanços tenham ocorrido muitas questões precisam ser superadas ante ao projeto societário da burguesia.

Portanto, o Assistente Social precisa se situar nos espaços democráticos que discutem sobre as políticas do campo especialmente a PNATER, uma vez que além de tratar-se de um espaço de atuação profissional pode também ser um caminho para a emancipação dos trabalhadores rurais no bojo do confronto com o ordenamento neoliberal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU. Marina M. A formação profissional em Serviço Social e a mediação da Associação Brasileira de ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABPSS): as diretrizes curriculares/1996 em relação à perspectiva emancipatória no âmbito do avanço do conservadorismo. In: **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. Silva. Maria L. de O (org). São Paulo: Cortez, 2016. p. 235-263.

BEHRING. Elaine R. Trabalho e Seguridade Social: o neoconservadorismo nas políticas sociais. In: **Trabalho e seguridade social: percurso e dilemas** Behring. Elaine R. Almeida. Maria H. T. de. (orgs). 2 d. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2010.p. 152-174

BEHRING, Elaine R. BOSCHETTI, Ivanete . Serviço Social e política Social: 80 anos de uma relação visceral. In: **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. Silva. Maria L. de O (org). São Paulo: Cortez, 2016. p. 119-140

BRASIL. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Ministério do Desenvolvimento Agrário Brasília, 2004

CAIVATTA. Dilemas do cidadão produtivo no trabalho e na educação. In: **Trabalho e seguridade social: percurso e dilemas** Behring. Elaine R. Almeida. Maria H. T. de. (orgs). 2 d. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2010.p. 77-94.

LUSA, Garibotti Mailiz. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão e Serviço Social: o campo como desafio. In: *Cadernos Ceru*,v. 24, n. 1, 2013.

LUSTOSA, Maria das Graças Osório P. **Reforma Agrária à Brasileira: política social e pobreza**. São Paulo, 2012. Cortez.

PEIXOTO, Marcus. **Extensão Rural no Brasil – Uma abordagem histórica da legislação**. In: Textos para discussão. Brasília, 2008. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao> acesso em 10 de junho de 2018

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Cortez, 2008.

_____, Marilda Vilela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n120/02.pdf>. Acesso em: 15 de setembro de 2017

_____, Marilda Vilela. Formação Profissional. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: Ensaios críticos**. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____, Marilda Vilela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 15-50

_____, Marilda Vilela. Os espaços sócio-ocupacionais do Assistente Social. In: **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CEFESS/ABEPSS, 2009, p. 341-375

_____, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, 2013. Cortez.

SANTOS, Amanda Farias dos Santos; LUSA, Mailiz Garibotti. **Política Agrária: Extensão Rural e Serviço Social, a Equação Possível**. In: Temporalis, nº 28. 2014. Disponível em <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7217> acesso em: 04 de junho de 2018

SANTOS, Larissa G. G. MACHADO, Lúcia M. A noção de competência no Serviço Social. In: **Mercado de trabalho, qualificação e “competência” profissional: desafios para o/a assistente social**. MACHADO, Maria Lúcia. Santos, Vera Núbia. BORGES. J. Lusitânia de J (orgs). São Cristovão: Ed. UFS, 2017. p. 11-44.

SILVA, Albany M. Serviço Social e Mercado de Trabalho. In: MACHADO, Maria Lúcia; SANTOS, Vera Núbia; BORGES. J. Lusitânia de J (Orgs.). **Mercado de**

trabalho, qualificação e “competência” profissional: desafios para o/a assistente social. São Cristóvão: Ed. UFS, 2017. p. 105-127.

RIBEIRO. Eleusa B. O estágio no processo de formação dos Assistentes Sociais. In: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (orgs). **Serviço Social:** temas, textos e contextos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.